

**INVESTIMENTOS BEMGE S.A.**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
**Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010**  
*(Em Milhares de Reais)*

**NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

A Investimentos Bemge S.A. – (“INVESTIMENTOS BEMGE”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Conceição – 7º andar - Parque Jabaquara, na cidade de São Paulo, Brasil.

A INVESTIMENTOS BEMGE tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participar, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da respectiva posição no mercado de capitais, e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

As Demonstrações Contábeis elaboradas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 foram aprovadas pela Diretoria em 09 de março de 2012.

**NOTA 2 – POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo.

**2.1 BASES DE PREPARAÇÃO**

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos do IFRSs e vice-versa.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo da aplicação das políticas contábeis da INVESTIMENTOS BEMGE.

**2.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da INVESTIMENTOS BEMGE e, também, a sua moeda de apresentação.

**2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS**

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e julgamentos são avaliados em base contínua, e consideram a experiência passada e outros fatores. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

**a) Imposto de Renda e contribuição social diferido**

Conforme explicado na Nota 3.1(d), ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a INVESTIMENTOS BEMGE irá gerar lucro tributável futuro em relação aos quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. A realização esperada do crédito tributário da INVESTIMENTOS BEMGE é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos.

## **b) Passivos contingentes**

A INVESTIMENTOS BEMGE revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como “Prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Outros Passivos.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

## **c) Mensuração do valor recuperável**

A INVESTIMENTOS BEMGE possui como prática a verificação semestral quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

# **NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

## **3.1 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

### **a) CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA**

A INVESTIMENTOS BEMGE define como caixa e equivalentes a caixa, as disponibilidades que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no balanço patrimonial na rubrica de Disponibilidades.

### **b) APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO (OPERAÇÕES COMPROMISSADAS)**

A INVESTIMENTOS BEMGE possui operações de compra com compromisso de revenda ("operações compromissadas") de ativos financeiros.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda são registrados inicialmente no balanço patrimonial pelos seus valores adiantados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método dos juros efetivos. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda são lançados em Receitas Financeiras na Demonstração do Resultado.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em nossos compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de nossos compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse das aplicações no mercado aberto é temporariamente transferida ao comprador.

### **c) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS**

De acordo com o CPC 38 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – mantidos para negociação;
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – designados a valor justo;

- Ativos financeiros disponíveis para venda;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- Ativos financeiros empréstimos e recebíveis;
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

A INVESTIMENTOS BEMGE categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **I. Ativos Financeiros Mantidos para Negociação**

São os ativos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo.

Os ativos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo e as receitas de juros e rendimentos dessas operações são incluídos diretamente na Demonstração do resultado na rubrica Receitas Financeiras.

### **II. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda**

De acordo com o CPC 38, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando não foram classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento e tais títulos podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço patrimonial pelo seu valor justo, que consiste inicialmente no montante pago incluindo quaisquer custos de transação. Os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no patrimônio líquido.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

### **III. Ativos Financeiros, Empréstimos e Recebíveis**

A INVESTIMENTOS BEMGE apresenta estes ativos em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

## **d) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável e são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Obrigações fiscais e Ativos Fiscais – Impostos a Compensar, respectivamente.

O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os Créditos Tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os Créditos Tributários e as Obrigações Fiscais Diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Outros Ativos e Obrigações Fiscais, respectivamente.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda. Os impostos diferidos destes itens são reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas.

Os tributos são calculados às alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social	9,00%
PIS	1,65%
COFINS	7,60%

#### **e) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes” e passivos contingentes são obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, exceto quando a Administração da INVESTIMENTOS BEMGE entende que sua realização é virtualmente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões no Passivo;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e divulgados como passivos contingentes possíveis são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

**f) CAPITAL SOCIAL**

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no Patrimônio Líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no Patrimônio Líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

**g) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios não inferior a 1% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo somente quando aprovados pelos acionistas em Assembléia Geral.

Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu Capital Próprio.

Os Juros sobre o Capital Próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis consolidadas como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração do Resultado.

**h) LUCRO POR AÇÃO**

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido, atribuído aos controladores da INVESTIMENTOS BEMGE, pelo número de ações ordinárias e preferenciais.

O lucro por ação é apresentado com base nas ações emitidas pela INVESTIMENTOS BEMGE. As ações ordinárias têm direito a um dividendo mínimo anual, enquanto que as ações preferenciais tem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 – “Resultado por Ação”.

**i) APURAÇÃO DO RESULTADO E RECONHECIMENTO DE RECEITA**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os juros de Títulos Disponíveis para Venda e Aplicações no Mercado Aberto, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na Demonstração do Resultado como Receitas Financeiras.

**NOTA 4 – APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO**

A carteira é composta por Aplicações no Mercado Aberto no montante de R\$ 5.618 (R\$ 35.945 em 31/12/2010) com vencimento acima de 365 dias.

## NOTA 5 – ATIVOS FINANCEIROS

- a) **Mantidos para Negociação** - A carteira é composta por Cotas de Fundos Exclusivos de Curto Prazo que totalizam R\$ 124.280 depositados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, sendo R\$ 124.040 Letras Financeiras e R\$ 240 Letras Financeiras do Tesouro.
- b) **Disponíveis para Venda** - A carteira é composta por Títulos Privados – Certificados Depósito Bancário, sendo o valor de custo e mercado R\$ 25, com vencimento acima de 720 dias e R\$ 84.034 em 31/12/2010 com vencimento até 365 dias.
- c) **Derivativos** - Em 31/12/2011 e 31/12/2010 não existiam posições em aberto no mercado de derivativos.
- d) **Análise de Sensibilidade** - No Itaú Unibanco Holding S.A., os fatores de risco são controlados e geridos de forma consolidada. Desta forma, os instrumentos financeiros da INVESTIMENTOS BEMGE, subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding S.A., são parte integrante da Carteira Trading e Banking do conglomerado econômico-financeiro, conforme definido pela Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.354/07 do BACEN e no Novo Acordo de Capitais – Basileia II. Por esta razão, não é apresentada uma análise de sensibilidade das posições individuais desta instituição.

**NOTA 6 - DETALHAMENTO DE CONTAS**

	31/12/2011	31/12/2010
<b>a) Impostos a Compensar</b>		
Imposto de Renda a Compensar	8.961	9.488
Outros	397	285
<b>Total</b>	<b>9.358</b>	<b>9.773</b>
<b>b) Outros Ativos</b>		
Depósitos em Garantia	4.320	4.193
Depósitos em Garantia de Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias (Nota 7b)	2.212	2.184
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes	522	507
Outros Depósitos em Garantia	1.586	1.502
Outros	202	204
<b>Total</b>	<b>4.522</b>	<b>4.397</b>

c) **Receitas Financeiras** - Referem-se basicamente a rendas de Ativos Financeiros.

**NOTA 7 - PROVISÕES**

	31/12/2011	31/12/2010
<b>a) Obrigações Fiscais</b>		
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	2.212	2.184
Impostos e contribuições sobre Lucros a Pagar	132	-
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	68	-
<b>Total</b>	<b>2.412</b>	<b>2.184</b>

b) As Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias são constituídas pelo valor integral em discussão e respectivos depósitos em garantia conforme abaixo:

<b>Movimentação das Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias</b>	31/12/2011	31/12/2010
<b>Saldo Inicial</b>	<b>2.184</b>	<b>2.168</b>
Encargos sobre Tributos	28	16
<b>Saldo Final</b>	<b>2.212</b>	<b>2.184</b>

<b>Movimentação dos Depósitos em Garantia de Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias</b>	31/12/2011	31/12/2010
<b>Saldo Inicial</b>	<b>2.184</b>	<b>2.168</b>
Apropriação de Rendas	28	16
<b>Saldo Final</b>	<b>2.212</b>	<b>2.184</b>

**NOTA 8 - TRIBUTOS****Composição das Despesas com Impostos e Contribuições**

Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as operações do período.

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
<b>Devidos sobre Operações do Período</b>		
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>14.510</b>	<b>11.414</b>
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 3.1d)	(4.933)	(3.881)
<b>Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:</b>		
<b>(Inclusões) Exclusões Permanentes</b>	<b>18</b>	<b>419</b>
Dividendos e Incentivos Fiscais	65	37
Outras	(47)	382
<b>Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(4.915)</b>	<b>(3.462)</b>

**NOTA 9 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) **Capital Social** - Está representado por 2.363.936 ações escriturais sem valor nominal, sendo 792.124 ações ordinárias e 1.571.812 preferenciais.

- b) Dividendos** - Os acionistas têm direito a receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (hum por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Em 31/12/2011 foi provisionado o montante de R\$ 91 à razão de R\$ 0,03616 por ação ordinária e R\$ 0,03977 por ação preferencial, equivalente ao dividendo mínimo, registrado em Outros Passivos.

**c) Reservas Integralizadas**

	31/12/2011	31/12/2010
<b>Reservas de Capital</b>	<b>182</b>	<b>182</b>
<b>Reservas de Lucros</b>	<b>74.893</b>	<b>65.389</b>
Legal	9.725	9.245
Estatutárias	65.168	56.144
Equalização de Dividendos (1)	40.200	35.542
Reforço de Capital de Giro (2)	24.968	20.602
<b>TOTAL</b>	<b>75.075</b>	<b>65.571</b>

(1) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de Juros sobre o Capital Próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;

(2) Reserva para Reforço do Capital de Giro - objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade.

**NOTA 10 - PARTES RELACIONADAS**

a) As operações realizadas entre partes relacionadas, são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642, de 07/10/2010, da CVM. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

	Ativos		Receitas / (Despesas)	
	31/12/2011	31/12/2010	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Aplicações no Mercado Aberto - Itaú Unibanco S.A. <sup>(1)</sup>	5.618	35.945	851	10.927
Títulos e Valores Mobiliários - Itaú Unibanco S.A. <sup>(2)</sup>	25	84.034	11.798	34
Despesas de Prestação de Serviços - Itaú Unibanco S.A.	-	-	(176)	152

(1) A Carteira é composta por Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada, com vencimento acima de 365 dias.

(2) A Carteira é composta por Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria, com vencimento acima de 365 dias.

Além das operações acima discriminadas, a INVESTIMENTOS BEMGE, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do Conglomerado Itaú Unibanco, registrou em Despesas Gerais e Administrativas R\$ 9 (R\$ 16 de 01/01 a 31/12/2010) em função da utilização da estrutura comum.

**b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração** – Os honorários atribuídos aos Administradores da INVESTIMENTOS BEMGE foram pagos pelo controlador Itaú Unibanco Holding S.A.

**NOTA 11 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:



	31/12/2011	31/12/2010	
	Valor Contábil / Valor Justo Estimado	Valor Contábil / Valor Justo Estimado	Níveis de Risco
<b>Ativos Financeiros</b>			
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	124.280	-	Nível 2
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	25	84.034	Nível 2

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

**a) Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto e Outros Ativos Financeiros** - O valor contábil apresentado para esses instrumentos no balanço patrimonial se aproxima de seu valor justo.

**b) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Ativos Financeiros Disponíveis para Venda** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANBIMA. Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima.

A entidade deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

**Nível 1:** As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

**Nível 2:** As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

**Nível 3:** as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

## NOTA 12 – GERENCIAMENTO DE RISCO

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital e na liquidez.

A gestão de risco é considerada como instrumento essencial para a otimização do uso de recursos e a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

O gerenciamento de risco é o processo onde:

- São identificados e medidos os riscos existentes e potenciais das operações;
- São aprovados políticas, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos;
- A carteira de risco é administrada vis-à-vis as melhores relações risco-retorno.

Este processo permeia toda a instituição, com total envolvimento da alta administração, que por meio de comissões, define os objetivos globais que são mensurados sob a forma de metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle, por sua vez, apóiam a administração através dos processos de monitoramento e análise de risco.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações do Comitê da Basileia. A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e de Subscrição é centralizada no Itaú Unibanco visando a assegurar que os riscos do conglomerado estão sendo administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições do conglomerado aos riscos, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Cumpre a essa estrutura acompanhar as demandas regulatórias feitas à instituição líder do conglomerado. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site de [www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri), na seção Governança Corporativa/ Gerenciamento de Riscos – Circular 3.477.

## **I - Risco de Mercado**

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição planeja, monitora e controla os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O controle de risco de mercado realizado abrange todos os instrumentos financeiros constantes nas carteiras das empresas. Neste sentido, a política de gerenciamento de Risco de Mercado encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do Conselho Monetário Nacional (CMN), constituindo-se um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as unidades de negócio e veículos legais do conglomerado.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco por meio das unidades de controle estabelecidas nos veículos legais. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento das comissões superiores e atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado.

O processo de gerenciamento de risco começa com a determinação dos limites, que são aprovados pela Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI). Os limites de risco de mercado estão estruturados de acordo com as diretrizes dadas pela Comissão Superior de Riscos (CSRisc), avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco de cada veículo, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão.

Além do reporte do consumo dos limites estabelecidos, também são reportados a estas comissões as demais medidas de controle de risco de mercado.

O Itaú Unibanco utiliza limites de riscos caracterizados como limites superiores ou limites internos. Os limites superiores são definidos pela CSRisc e CSTI e são monitorados pela área de controle de risco de mercado e reportados às comissões superiores. Os limites internos são definidos pelas comissões das unidades de controle e monitorados pelas respectivas áreas de controle de risco locais; entretanto, estão sujeitos ao cumprimento de limites superiores. Ambos os limites são monitorados diariamente.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco Estatístico (VaR - Value at Risk): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);

- Alerta de Stop Loss: Perdas efetivas somadas ao prejuízo máximo potencial em cenários otimistas e pessimistas;
- Resultado a Realizar (RaR): avaliação da diferença entre valor com os juros apropriados e valor de mercado, em cenário normal e em cenários estressados, refletindo assimetrias contábeis. É a medida de risco utilizada para avaliar gerencialmente o risco da carteira de não-negociação (banking).

Adicionalmente às medidas de risco acima, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, inclui-se:

- Análise de Descasamentos (gaps): exposição acumulada, por fator de risco, dos fluxos de caixa, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (DV01): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais; e
- Perda Máxima (Stop Loss): prejuízo máximo que um portfólio classificado na carteira de negociação pode atingir.

## **II - Risco de Crédito**

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o Itaú Unibanco possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pela política interna de controle de risco de crédito pode ser visualizado no site [www.italu-unibanco.com.br/ri](http://www.italu-unibanco.com.br/ri), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Crédito.

A gestão do risco de crédito objetiva maximizar a relação entre o risco e o retorno de seus ativos, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco de cada negócio.

Para proteger a instituição contra perdas decorrentes de operações de crédito, considera-se todos os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco incorrido em cada operação. Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação e a eventual existência de valores em atraso.

## **III- Risco Operacional**

O risco operacional consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Exclui-se desta definição o risco estratégico e o de reputação.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento, apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380 de 29 de junho de 2006 do CMN, o Itaú Unibanco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, aprovada pelo seu Conselho de Administração, e aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. Uma versão resumida da política pode ser acessada no site [www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público – Risco Operacional.

#### **IV- Risco de Liquidez**

O risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

O Itaú Unibanco possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda nacional ou estrangeira.

Além disso, a instituição estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas, bem como a estratégia e os planos de contingência para situações de crise. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

#### **V- Risco de Subscrição**

O risco de subscrição é o risco oriundo de uma situação econômica adversa que contraria tanto as expectativas da sociedade seguradora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões.

O controle centralizado do risco de subscrição é realizado pela área de controle de riscos segregada das unidades de negócios e da auditoria interna. É responsabilidade desta área, desenvolver modelos internos de mensuração de risco de subscrição, bem como gerar condições para validação e controle desses modelos.